

Desenvolvimento de estratégias de comercialização na agricultura familiar agroecológica em Gravatá-PE na pandemia da Covid-19

Tiago Edvaldo Santos Silva¹, Alineaurea Florentino Silva², Elisangela de Freitas Mariano³, Michelle Christini Araújo Vieira⁴

Resumo

Em um mundo com tantas crises, inclusive alimentar e ambiental, para as quais a Agroecologia aponta saídas, a chegada da pandemia da Covid-19 aumenta o desafio das redes de produção e abastecimento de alimentos. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo relatar o desenvolvimento de duas estratégias de comercialização de alimentos da agricultura familiar agroecológica, durante o período de pandemia, no município de Gravatá, Pernambuco. O trabalho está ancorado na ação extensionista, no âmbito do projeto “Amaterra: se apropriando da agroecologia e semeando novos tempos”, e utiliza-se de metodologias participativas como norteadoras da ferramenta utilizada, sendo elas: o passeio transversal na propriedade e as entrevistas semiestruturadas. As famílias agricultoras demonstraram aspectos positivos e desafiantes em relação às feiras agroecológicas, bem como as alternativas criadas e aperfeiçoadas por elas, em meio à pandemia, como a comercialização na própria comunidade rural na modalidade porta a porta, e na adesão de um sistema de integração entre famílias produtoras e consumidoras chamado de Comunidade que Sustenta a Agricultura.

Palavras-chave

Consumo consciente. Qualidade de vida no campo. Desenvolvimento rural sustentável.

¹ Mestrando em Extensão Rural na Universidade Federal do Vale do São Francisco, Pernambuco, Brasil; servidor da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (Adagro), Brasil. E-mail: tiagoedvaldo@gmail.com.

² Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil; pesquisadora da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa Semiárido, Pernambuco, Brasil. E-mail: alineaurea.silva@embrapa.br.

³ Mestra em Ciências Agrárias (Agroecologia) pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil; técnica administrativa em Educação (Agropecuária) na Estação de Agricultura Irrigada de Parnamirim da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil. E-mail: elisangela.mariano@ufrpe.br.

⁴ Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia, Brasil; professora da Universidade Federal do Vale do São Francisco, Pernambuco, Brasil; vice-líder do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESCO/UNIVASF). E-mail: michelle.christini@gmail.com.

Development of marketing strategies in the agroecological family agriculture in Gravatá-PE in the Covid-19 pandemic

Tiago Edvaldo Santos Silva⁵, Alineaurea Florentino Silva⁶, Elisangela de Freitas Mariano⁷, Michelle Christini Araújo Vieira⁸

Abstract

In a world with so many crises, including food and environmental ones, for which Agroecology points out solutions, the arrival of the Covid-19 pandemic increases the challenge of food production and supply networks. Therefore, the present work aims to report the development of two food marketing strategies from agroecological family farming, during the pandemic period, in the municipality of Gravatá, State of Pernambuco, Brazil. The work is anchored in the extensionist action, within the scope of the project “Amaterra: appropriating agroecology and sowing new times”, and use participatory methodologies as guides for the tool used, namely: the transversal walk on the property and the semi-structured interviews. Farming families demonstrated positive and challenging aspects in relation to agroecological fairs, as well as the alternatives created and improved by them, in the midst of the pandemic, such as door-to-door marketing in the rural community itself, and in the adherence to an integration system between producing and consuming families called Community that Sustains Agriculture.

Keywords

Conscious consumption. Quality of life in the countryside. Sustainable rural development.

⁵ Master degree student in Rural Extension, Federal University of Vale do São Francisco, Pernambuco, Brazil; servant of the Pernambuco Agricultural Defense and Inspection Agency (Adagro), State of Pernambuco, Brazil. E-mail: tiagoedvaldo@gmail.com.

⁶ PhD in Development and Environment, Federal University of Paraíba, State of Paraíba, Brazil; researcher at the Brazilian Agricultural Research Corporation, Embrapa Semiarid, Pernambuco, Brazil. E-mail: alineaurea.silva@embrapa.br.

⁷ Master in Agricultural Sciences (Agroecology), Federal University of Paraíba, State of Paraíba, Brazil; administrative technician in Education (Agriculture) at the Parnamirim Irrigated Agriculture Station, Federal Rural University of Pernambuco, State of Pernambuco, Brazil. E-mail: elisangela.mariano@ufrpe.br.

⁸ PhD in Collective Health, Federal University of Bahia, State of Bahia, Brazil; professor at the Federal University of Vale do São Francisco, State of Pernambuco, Brazil; vice-leader of the Research Group Nucleus of Studies in Collective Health (NESCO/UNIVASF). E-mail: michelle.christini@gmail.com.

Introdução

Em um mundo em que 821 milhões de pessoas ainda passam fome (CHILE, 2018), as maiores empresas do ramo alimentício estão aumentando exponencialmente seus lucros. Um cenário no qual quem usufrui o direito de escolher o que comer pode estar alimentando, por meio de sua compra, um modelo de produção a serviço da concentração de riqueza em detrimento da exploração irracional dos componentes naturais, de acordo com Hernández (2011), comprometimento da segurança alimentar de territórios e financiando a miséria, ainda que em outras partes do planeta (CORRÊA *et al.*, 2020).

Nosso sistema alimentar está construído, hegemonicamente, sobre práticas de desmatamento de florestas para produção de grãos, escassez de água, erosão e contaminação dos solos, altos níveis de emissão de gases do efeito estufa (CHILE, 2018). O mercado global passou a ordenar a produção agrícola; as empresas multinacionais passaram a expandir seu monopólio sobre a produção, o processamento e a distribuição de alimentos; além da inserção de uma série de intermediários na cadeia de abastecimento, criando uma situação de estrangulamento que distanciou as possíveis relações entre produtores e consumidores (PLOEG, 2009), o que proporcionou processos de transformação com efeitos nocivos, como abordam os relatórios internacionais “Estado da Alimentação e Agricultura 2014” e “O futuro da alimentação e da agricultura: tendências e desafios”, ambos produzidos pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Os documentos alertam que apenas aumentar a produção de alimentos não será o suficiente para encarar os desafios do século (FAO, 2014).

Em meio a algumas crises em que já estávamos imersos, como a desnutrição, a fome, a obesidade e as catástrofes climáticas, aparece, no último ano, a pandemia da Covid-19. De acordo com Preiss *et al.*, 2020, a crise do novo Coronavírus pode até dobrar a quantidade de pessoas que passam fome no mundo. O Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional do Comitê de Segurança Alimentar da FAO anuncia que a pandemia está provocando a instabilidade e a interrupção no abastecimento de alimentos em níveis locais e globais (HLPE, 2020).

A saída está em conhecimentos produzidos antes mesmo de aparecer a crise do Covid-19, sendo possibilidade o repensar a produção, a comercialização e o consumo de alimentos, de forma que estes processos possam acontecer de maneiras mais ecológicas e inclusivas (FAO, 2014). Quem opta por consumir alimentos provenientes da agricultura familiar agroecológica, além de prevenir o aparecimento de doenças, entre elas, diversos tipos de

câncer (BÚRIGO, 2015) e contribuir para amenizar as catastróficas problemáticas ambientais, alimenta um modelo de desenvolvimento centrado na qualidade de bens e serviços produzidos que satisfaçam as necessidades humanas e sua imprescindível distribuição entre a população (SIMÓN FERNÁNDEZ; DOMINGUEZ GARCIA, 2001; ALTIERI, 2009).

Sevilla Guzmán *et al.* (2012) defendem os Canais Curtos de Comercialização (CCC) como a autêntica alternativa de comercialização para as famílias agricultoras de base ecológica, bem como as famílias consumidoras, para escaparem da “convencionalização” dos alimentos por meio de formas de comercialização que ameaçam muitas propostas de alternativas alimentares. Para Darolt *et al.* (2016), os CCC são muito diversificados e dinâmicos, sendo uma opção social, econômica e ambiental para a agricultura familiar, fortalecendo os mercados locais, religando produtores e consumidores, o que ocorre de forma bem-sucedida nos sistemas alternativos de locais em que existem modalidades de coordenação em rede e parcerias entre o poder público, entidades não governamentais, empresas, organizações de agricultores e consumidores.

Em Pernambuco, estado do Nordeste brasileiro, encontram-se experiências expressivas de estratégias de integração entre agricultoras/es e consumidoras/es de alimentos agroecológicos espalhadas no estado, cada uma com configurações de integração entre famílias do campo e da cidade e dinâmicas próprias de organização.

Diante dessa realidade, este trabalho tem o objetivo de relatar o desenvolvimento de duas estratégias de comercialização de alimentos da agricultura familiar agroecológica, durante a pandemia da Covid-19, no município de Gravatá-PE.

Procedimentos metodológicos

Este estudo qualitativo, baseado em ação extensionista no âmbito do projeto “Amaterra: se apropriando da agroecologia e semeando novos tempos”, foi desenvolvido a partir de um convênio entre a Associação Amaterra e o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), durante os meses de setembro de 2020 a junho de 2021, por meio de emenda parlamentar. Organizada desde 1997, a Amaterra é uma associação de famílias da agricultura familiar agroecológica, de Gravatá-PE, composta por famílias das áreas rurais do distrito rural de São Severino e seus arredores, Sítio Uruçu Mirim e Sítio Palmeiras,

Neste trabalho foram desenvolvidas atividades de extensão rural, por meio da prática de visitas técnicas às famílias agricultoras, nas quais foram desenvolvidas as ferramentas de passeio transversal na propriedade e entrevista semiestruturada. Essas ferramentas

possibilitam a condução do encontro de forma dialógica e participativa e a análise dos elementos encontrados na propriedade, juntamente com a família agricultora (VERDEJO, 2006). Ao passo em que se sistematizam as informações geradas, se fazem as intervenções técnicas necessárias. Brandão e Borges (2007), ao abordarem a educação popular, contemplam exatamente os princípios humanos, ideológicos e políticos que permeiam as metodologias participativas: o avanço sobre as caixinhas das disciplinas do cartesianismo, os processos educativos promovidos pelas instituições públicas, enraizado nas classes populares e a serviço da construção da sociedade igualitária.

Tais famílias agricultoras integram a Rede Espaço Agroecológico, assessorada pelo Centro de Desenvolvimento Agroecológico – Sabiá, e estão presentes nos espaços agroecológicos de comercialização: feiras livres, nas cidades de Olinda, Gravatá e Recife, nesta última, nos bairros das Graças, Boa Viagem e Santo Amaro. O presente estudo está caracterizado como relato de experiência e fará a descrição de alternativas desenvolvidas por uma das famílias da Amaterra, que comercializa os alimentos produzidos no próprio município, que foram potencializadas durante a pandemia da Covid-19.

A abordagem metodológica adotada está baseada em métodos e ferramentas participativas, também abordadas por Brandão e Borges (2007), no campo da educação popular, pertencentes à categoria pesquisa participante. Para Dal Soglio (2017), este método é uma importante ferramenta para a agroecologia, uma vez que estimula a interação, o envolvimento e a participação de famílias agricultoras e famílias consumidoras, enquanto protagonistas do processo, pressupondo um enfoque sistêmico, problemáticas contextualizadas e capacidade de gerar processos de desenvolvimento local, características requeridas pela construção do conhecimento agroecológico.

Baseando-se em Geilfus (1997) e Verdejo (2006), foram desenvolvidas entrevistas semiestruturadas e passeio transversal na propriedade com a família agricultora.

Resultados e Discussão

O processo de escuta na propriedade rural, bem como a vivência nos espaços de comercialização, potencializados pela colaboração e efetividade dos métodos utilizados, possibilitaram o conhecimento, a sistematização e a descrição de duas novas alternativas desenvolvidas e aperfeiçoadas pelas famílias agricultoras, para que os alimentos por elas produzidos cheguem à mesa das famílias consumidoras, bem como outros aspectos gerais relacionados à dinâmica produtiva e de comercialização.

Uma dessas famílias agricultoras, com maior destaque em inovação em sistemas de comercialização, chegou à Associação Amaterra no final do ano de 2018 e encontrou espaço para comercialização na Feira Agroecológica de Gravatá, a mais antiga do estado de Pernambuco. No entanto, essa feira não encontrou desenvolvimento em número de consumidores, nem em volume de vendas, como os Espaços Agroecológicos da Capital e Região Metropolitana. Siqueira *et al.* (2019), estudando a rede de feiras agroecológicas do Rio de Janeiro, abordam o papel desses equipamentos como alternativa de aquisição de alimentos à população em crescimento, inclusive em meio a crises econômicas.

Um dos fatores destacados foi a instabilidade de rendimento financeiro ao longo do ano. Não se tem ideia do valor que as famílias podem contar para suas demandas de manutenção da vida ao longo dos meses, porque há muitas influências, por exemplo, as climáticas, uma vez que o inverno chuvoso da região limita a produção de alguns alimentos, e, no verão, há baixa circulação de pessoas nos sábados de feira na cidade, notando a influência da temporada turística de pessoas da capital na cidade durante os meses mais frios. Nos meses de verão, esse potencial turístico se desloca para as regiões de praia. Tal situação, em que a oferta de alimentos pelas famílias se dá em períodos de menor número de vendas, proporciona elevadas quantidades de desperdício dos alimentos produzidos.

Uma constatação valiosa, durante o desenvolvimento do trabalho extensionista, é o excessivo desprendimento de energia das agricultoras e agricultores em esquemas de comercialização, como a ida aos Espaços de Feira, após a semana de intenso trabalho no campo. As famílias que vão aos Espaços de Feira na capital, após uma semana ininterrupta de trabalho cultivando os alimentos, realizam a colheita, a lavagem e a embalagem nas quintas-feiras e sextas-feiras, quando saem de suas comunidades às 19h, e só retornam às 16h do sábado. Em Gravatá, onde o trabalho já é muito cansativo, as famílias saem de suas casas às 2h30min do sábado e retornam às 13h do mesmo dia, se deslocando para espaços sem disponibilidade de banheiros, sem assentos e tão pouco uma alimentação adequada.

Em meio a todas essas dificuldades já vivenciadas, surgem as necessárias mudanças de hábitos e cuidados exigidos pela pandemia do Covid-19. Tanto membros de famílias agricultoras quanto das famílias consumidoras pararam ou diminuíram muito suas idas aos Espaços de Feira. A partir daí, membros de uma das famílias que, além de cultivar, comercializam os alimentos no próprio município, começam a criar ou reinventar alternativas de comercialização.

O surgimento da primeira nova modalidade de comercialização no município: a venda porta-a-porta

A venda porta-a-porta é semanal, em que se passa apresentando e oferecendo alimentos nas casas das pessoas, já acontecia na própria comunidade, no distrito rural a que o Sítio Dona Maria, propriedade da família, faz parte. Era uma concepção de comercialização que, para além de ser uma alternativa de geração de renda para a família, era um impulso de tornar acessível um alimento produzido na localidade, que até então praticamente era comercializado apenas nos bairros mais ricos de Recife e nos centros urbanos aos demais conterrâneos.

O que leva a uma imagem equivocada, de acordo com várias colocações de famílias agricultoras, de que o alimento orgânico é sempre mais caro. Tais agricultoras/es encontram reforço para esse posicionamento nas constatações de Sá *et al.* (2017), em um estudo comparativo, concluindo que na Região Metropolitana do Recife, as Feiras Agroecológicas constituem um importante equipamento de segurança alimentar e que comprar alimentos convencionais em supermercados pode chegar a ser 92% mais caro do que na feira agroecológica, enquanto as feiras convencionais foram cerca de 6% mais baratas ou até 12% mais caras.

A iniciativa da venda porta-a-porta ganhou corpo, aceitação e se concretizou como uma das comercializações mais significativas do Sítio Dona Maria. No início, o veículo utilizado era uma moto, com uma grade de verduras. Logo após, com a aquisição de uma minipicape, por meio de um crédito do PRONAF Mais Alimentos⁹, se tornou possível realizar a venda, levando maior quantidade e diversidade dos alimentos produzidos.

Com a pandemia, o contato direto com o povo se reinventou. Com um sistema de som projetado para fora do veículo, anunciava-se a passagem dos alimentos pelas ruas. Com a música tema do filme *O Auto da Compadecida* ao fundo, a mensagem projetada pelo som é:

Tu já conhece os produtos agroecológicos do Sítio Dona Maria? Pois estão passando na sua rua, verduras fresquinhas, livres de agrotóxicos e adubos químicos. Ao consumir produtos da agroecologia, você promove sua saúde e de toda família, além de promover uma agricultura que cuida da terra, das nascentes e das abelhas e de toda a natureza. Ô seu Zé, Ô Dona Maria, “vem timbora” dar uma espiada, menino!

⁹ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar visa o financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, objetivando a geração de renda e a melhora do uso da mão de obra familiar.

As pessoas vinham às portas, escolhiam os alimentos a uma distância segura e um dos membros da família agricultora era o único que manuseava a produção durante as vendas, sempre de máscara e mãos higienizadas, se configurando como uma alternativa de abastecimento de alimentos à comunidade, que fica a 26 km da cidade, onde há bastante aglomerações em dias de feira.

No entanto, para a família agricultora, existe uma insegurança de colher os alimentos, levar para a venda e, nem sempre, conseguir comercializar. A família agricultora cultiva, colhe, higieniza, embala e disponibiliza na porta das pessoas o alimento toda semana, no entanto, uma parte das famílias consumidoras apenas compra esporadicamente, o que é bastante inviável para a família agricultora: trabalhar de maneira igual ao longo do mês ou do ano, mas ter o retorno mais próximo do trabalho em apenas algumas das tentativas de venda.

São aspectos que podem estar presentes nos modelos produtivos e de comercialização assumidos por agricultores ou ainda por consumidores, como aborda Preiss (2017), enfatizando que há pessoas que procuram consumir produtos “limpos”, sem se preocuparem com as questões em torno da produção e dos desafios da comercialização.

Dupuis, Goodman e Goodman (2012), estudando estratégias de mercado, dialogam com esse aspecto ao trazer que, em alternativas locais, podem ocorrer práticas profundamente injustas e conservadoras, que inclusive podem acentuar a desigualdade social. De acordo com Niederle e Wesz Junior (2018), o que assegura as práticas em uma ordem cívica não é, portanto, o local onde elas se desenvolvem, mas os princípios que as orientam e, pragmaticamente, os efeitos que produzem em termos de justiça social e ambiental.

Segunda nova modalidade de comercialização no município: a Comunidade que Sustenta a Agricultura

A segunda estratégia, também desenvolvida pela família do Sítio Dona Maria, foi a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), auxiliada pela Coordenação da CSA Brasil. Trata-se de um sistema que conecta mais estreitamente produtor e consumidores no sistema alimentar. Isso permite que o consumidor assumira um papel de corresponsável pela produção, partilhando riscos e benefícios da produção, sendo, assim, denominado coagricultor e, por sua vez, assina a colheita de uma determinada propriedade durante o período de um ano (CSA BRASIL, 2021).

As famílias coagricultoras fazem uma colaboração em um valor fixo mensal, sempre até o dia cinco de cada mês, com um valor baseado na média do custo de produção do alimento, custos de transporte, somados a um percentual que vai para um fundo de desenvolvimento da própria CSA e um percentual que se destina a terceira parte integrante da comunidade, a gestão. As famílias agricultoras enviam a lista de tudo o que existe para colheita na propriedade na quarta-feira; cada família escolhe sua colheita com sete itens e a recebe na sexta-feira à tarde. Nessa lógica, não existe preço do alimento, mas um valor calculado, pensando na manutenção da família naquela atividade.

Preiss (2017), abordando justamente a proliferação de dinâmicas de abastecimento e tendências alimentares, define a CSA como uma alternativa que tem buscado repensar a produção, o consumo e o comércio de alimentos de forma mais inclusiva, economicamente justa e ambientalmente sustentável. São dinâmicas de abastecimento organizadas de forma coletiva entre agricultores e consumidores, em que consumidores têm um papel proeminente, dedicando tempo e trabalho para sua emergência e manutenção.

Balém *et al.* (2020), avaliando as percepções dos consumidores e a construção do agricultor em torno da estratégia de mercado de circuito curto de venda de produtos orgânicos por meio da entrega de cestas a domicílio, em Santa Maria-RS, com elementos que corroboram a descrição das inovações desses processos de comercialização na Associação Amaterra, verificaram que existem algumas questões centrais que permeiam essa atividade, tal como no campo estudado, sendo elas: a) atinge um grupo de consumidores conscientes e que buscam alimentos de maior qualidade, mas preferem a comodidade de receber em casa os produtos; b) a relação entre agricultor e consumidores é baseada na confiança e na troca de saberes; c) os consumidores tendem a preferir a escolha de produtos à compra às cegas; d) seria importante os consumidores acessarem espaços de diálogo sobre alimentação, produção orgânica e agricultura familiar, pois percebe-se que muitos possuem dificuldade para compreender a dinâmica da propriedade e da família, e tendem a querer um atendimento parecido com o encontrado em mercados, principalmente, no que tange aos tipos de produtos; e) esse é um mercado com potencial de expansão.

Considerações finais

Os espaços de feira, denominados Espaços Agroecológicos, dentro da Rede Agroecológica, são espaços de abastecimento, trocas e uma alternativa de integração entre pessoas que produzem e famílias consumidoras. No entanto, algumas questões merecem

atenção. Entre elas, a existência de perdas de investimentos; de energia; de tempo; de recursos; desperdício de alimentos, por meio do que não é vendido nas feiras; a dinâmica de funcionamento; e a rotina de trabalho do campo até a comercialização.

O desenvolvimento e o aperfeiçoamento de estratégias de comercialização pela família agricultora, em meio a pandemia da Covid-19, reforçam o potencial dessas atrizes e atores sociais na manutenção dos serviços essenciais durante esse período de morticínio, mas também dão visibilidade a questões centrais à sustentabilidade da atividade, destacando-se o nível de compreensão da relação de interdependência entre as famílias consumidoras e a família agricultora, bem como de alternativas viáveis de materialização dessa consciência.

Uma das alternativas que aponta para o necessário estreitamento dessa relação, numa perspectiva de relação bilateral justa, é o surgimento da CSA, que, baseando-se na lógica da sustentação digna da família, abre reflexões sobre o valor do trabalho das famílias agricultoras, levando em consideração o que essas famílias precisam para alcançarem a qualidade de vida no campo.

É justamente nesse campo, em que se demandam ações e políticas públicas vinculadas a programas territoriais de Extensão Rural Agroecológica, que as iniciativas de comercialização têm o poder de influir. Ao criar possibilidades de valoração monetária justa do trabalho das mulheres e homens do campo, contribuem para as condições necessárias de manutenção das pessoas, no campo, com qualidade de vida.

Para os necessários aprofundamentos dessas questões, destaca-se a importância de pesquisas que visem esmiuçar dois vieses. O primeiro, do ponto de vista do perfil dos consumidores, buscando elucidar quais são as compreensões dessa relação entre as famílias agricultoras e famílias consumidoras, e qual o perfil social e econômico de quem consegue acessar os mecanismos de comercialização desenvolvidos pelas famílias da Associação Amaterra.

O segundo viés de demanda de novos trabalhos aponta para a busca da compreensão pelas famílias agricultoras do que se entende como elementos de reprodução da vida, presentes na “sustentação da família”, que a CSA, por exemplo, traz. E até que ponto, nessa relação, se contemplam direitos trabalhistas básicos, como referências a essa discussão: a quantidade de horas trabalhadas diariamente de forma saudável, o direito ao lazer, à folga e às férias.

Referências

- ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- BALEM, T. A. *et al.* Compra de produtos agroecológicos: a entrega de cestas como prática de mercado de circuito curto. *In*: TULLIO, L. (org.). **Horizontes das Ciências Sociais Rurais 2**. Ponta Grossa: Atena, 2019. p. 217-237. Doi: 10.22533/at.ed.31219180214.
- BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, n. 1, jan./dez., p. 51-62, 2007. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>. Acesso em: 14 jul. 2021.
- CHILE, S. Fome aumenta no mundo e na América Latina e no Caribe pelo terceiro ano consecutivo. **FAO**, Roma, 11 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1152189/>. Acesso em: 12 jul. 2021.
- COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA. **Onde está o CSA?** 2021. Disponível em: <http://www.csabrasil.org/csa/>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- CORRÊA, M. L. M. *et al.* Alimento ou mercadoria? Indicadores de autossuficiência alimentar em territórios do agronegócio, Mato Grosso, Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 123, out./dez. 2019. Doi: 10.1590/0103-1104201912307. Disponível em: <https://scielosp.org/article/sdeb/2019.v43n123/1070-1083/>. Acesso em: 14 jul. 2021.
- DAL SOGLIO, F. K. D. Princípios e aplicações da pesquisa participativa em agroecologia. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, 2017. Doi: 10.17058/redes.v22i2.9361. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/9361>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- DAROLT, M. R. *et al.* Alternative food networks and new producer-consumer relations in France and in Brazil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 2, abr./jun. 2016. Doi: 10.1590/1809-4422ASOC121132V1922016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2016000200002&lang=pt. Acesso em: 14 jul. 2021.
- GEILFUS, F. **80 herramientas para el desarrollo participativo**: diagnóstico, planificación, monitoreo y evaluación. San José: IICA, 2002. Disponível em: <http://tie.inspvirtual.mx/recursos/temas/etv/OAParticipacionSocialWeb/material/80%20herramientas%20para%20el%20desarrollo%20participativo.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- GOODMAN, D.; DUPUIS, E. M.; GOODMAN, M. K. **Alternative food networks**: knowledge, practice and politics. London: Routledge, 2012. Doi: 10.4324/9780203804520.
- HERNÁNDEZ, J. M. La crisis global y sus impactos en la vida rural. *In*: HERNÁNDEZ, J. M. (coord.). **La agroecología en la construcción de alternativas hacia la sustentabilidad rural**. México: Siglo XXI Editores, 2011.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION. Interim issues paper on the impact of Covid-19 on Food Security and Nutrition (FSN). **HLPE**, Roma, 24 de março de 2020. Disponível em: https://www.fao.org/fileadmin/templates/cfs/Docs1920/Chair/HLPE_English.pdf. Acesso em: 14 jul. 2021.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO 2014

PLOEG, J. D. V. Sete teses sobre a agricultura camponesa. *In*: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009. p. 17-31.

PREISS, P. V. **As alianças alimentares colaborativas em uma perspectiva internacional: afetos, conhecimento incorporado e ativismo político**. 2017. 240 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/178604>. Acesso em: 14 jul. 2021.

PREISS, P. V. *et al.* Os sistemas agroalimentares e crise Covid-19: é possível um cenário mais justo e equitativo? *In*: SANTOS, R. P.; POCHMANN, M. (org.). **Brasil pós-pandemia: reflexões e propostas**. Embu das Artes-SP: Alexa Cultural, 2020. p. 235-260. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Suely-Araujo/publication/343536604_Crise_Ambiental_e_Sanitaria_por_uma_retomada_economica_sustentavel/links/5f2f66ca299bf13404b13865/Crise-Ambiental-e-Sanitaria-por-uma-retomada-economica-sustentavel.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

SÁ, G. *et al.* Análise comparativa de preço de alimentos convencionais e agroecológicos em Recife e Olinda/PE. *In*: SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO, 5., 2017, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: ABA, 2017. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/140>. Acesso em: 14 jan. 2021.

SEVILLA-GUZMÁN, E. *et al.* **Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía**. Sevilla: Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces, 2012. Disponível em: https://www.juntadeandalucia.es/export/drupaljda/CCC_alimentaria_en_Andalucia_2012.pdf. Acesso em: 14 jun. 2021.

SIMÓN FERNÁNDEZ, X.; DOMINGUEZ GARCIA, D. Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, abr./jun. 2001. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/sistemas/administracao/tmp/1609360911.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2021.

SIQUEIRA, A. P. P. *et al.* Circuito carioca de feiras orgânicas: construção participativa de novas estratégias para a oferta de produtos orgânicos no estado do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 11., 2020, São Cristóvão. **Anais** [...]. São Cristóvão: ABA, 2020. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/5681>. Acesso em: 14 jan. 2021.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo**: um guia prático. Brasília: ASCAR, 2006. Disponível em: https://www.projetovidanocampo.com.br/livros/Diagnostico_rural_participativo.pdf. Acesso em: 14 jun. 2020.

Submetido em 30 de junho de 2021.

Aprovado em 21 de outubro de 2021.